

## **O DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL: O DEBATE ATUAL**

**Mariana Finello Corrêa (PPGE/UFF)**  
**Carmem Aparecida Feijó (PPGE/UFF)**

### **RESUMO**

No debate atual sobre estratégias de crescimento de longo-prazo, duas correntes principais se destacam dentro da ótica desenvolvimentista no Brasil: os novos-desenvolvimentistas e os social-desenvolvimentistas. Para ambas as estratégias, o investimento é a variável motriz do crescimento. Porém, a variável-chave para explicar o estímulo ao investimento é diferente para cada uma delas. Para os novos-desenvolvimentistas a variável-chave deve ser a taxa de câmbio. Para o segundo grupo, a variável-chave deve ser o consumo interno de bens de massa. A contribuição deste artigo é apresentar as duas agendas de política econômica e discutir como podem ser combinadas com objetivos de política econômica de curto prazo.

**Palavra-chave:** desenvolvimentismo, novo-desenvolvimentismo, social-desenvolvimentismo

### **ABSTRACT**

The aim of this paper is to review the current debate in Brazil among the two main developmental group of authors named as the new developmentalists and the social developmentalists. For both groups, the investment is the main variable to explain growth. However, the key variable to push investment is different for either group. For the new developmentalists, the key variable is the exchange rate. For the second group, it is the domestic mass consumption. The contribution of this paper is to present both agendas of economic policy and discuss how they can be combine with the macroeconomic short-term economic policy.

**Key words:** developmentalism, new- developmentalism, social- developmentalism

**Classificação JEL:** B22; B59, E12

## I. Introdução

Entre a década de 1950 e o início da década de 1980, o desenvolvimentismo é considerado hegemônico<sup>1</sup> dentro do pensamento econômico brasileiro. Porém, após 1980, durante a “era da instabilidade macroeconômica” Bielschowsky & Mussi (2006, p.34) argumentam que a influência das ideias e das propostas de políticas desenvolvimentista passaram a ser descendentes. O acirramento do processo inflacionário, encurtando o horizonte de tempo das decisões econômicas, restringiu o espaço para debates sobre os projetos de transformação de longo-prazo, que foram substituídos por debates sobre políticas de estabilização econômica ‘curtoprazistas’. Dito de outra forma, o combate à inflação persistente e alta, numa economia altamente indexada, dominou a agenda de política econômica até o sucesso do Plano Real, em 1994.

Com o aprofundamento da crise externa da década de 1980, começou a se formar um consenso, dentro e fora das correntes desenvolvimentistas, de que o projeto de desenvolvimento baseado no modelo de substituição de importações (MSI) havia se esgotado. Nesse mesmo período, com a retomada da hegemonia do pensamento neoliberal nas economias desenvolvidas, apoiado na revolução novo clássica e novo keynesiana no pensamento macroeconômico, os críticos do MSI internamente ganharam força. A grande questão que se colocava naquele momento era: *qual deveria ser o novo modelo para a retomada de crescimento da economia brasileira com o fim da inflação alta?* Tanto a corrente neoliberal, como a desenvolvimentista apresentavam respostas distintas para essa indagação. (Filgueiras, 2006; Mourão, 1994; Bielschowsky & Mussi 2006)

Para os neoliberais, o MSI não havia se esgotado, mas sim falhado. Dessa maneira, era necessário substituí-lo. Ao invés do protecionismo, a concorrência seria o novo dínamo do processo de crescimento econômico brasileiro. As propostas neoliberais eram pautadas em reformas que visavam o melhor funcionamento do mercado. Este proporcionaria a retomada do crescimento e a maior eficiência econômica. Essas reformas englobavam, abertura comercial e financeira,<sup>2</sup> além de um forte processo de desestatização da economia via privatizações. (Carneiro, 2002; Filgueiras, 2006)

Para os desenvolvimentistas, havia a necessidade de completar o processo de MSI, com a implantação no país dos setores intensivos em progresso técnico que compunham o novo paradigma tecnológico (biotecnologia, telecomunicações, eletroeletrônica e entre outros). Através do processo de inovação ocorreria o aumento da produtividade e da competitividade da indústria nacional que culminaria na retomada do desenvolvimento econômico. Em contraponto aos neoliberais, este grupo é caracterizado pela crença na necessidade da atuação do Estado para a sustentação do crescimento e o aumento da eficiência econômica. (Bielschowsky & Mussi, 2006, p.41-42).

Pode-se dizer que por causa dessas tentativas, o Brasil foi o último país da América Latina a aderir ao projeto neoliberal.<sup>3</sup> Essa adesão ocorreu de forma concreta com a eleição de

---

<sup>1</sup> A hegemonia do desenvolvimentismo não significa coesão, existiam nesse período diferentes correntes desenvolvimentistas. Ver Bielschowsky (1988).

<sup>2</sup> Carneiro (2002, p. 311) assinala que a abertura comercial seria uma estratégia de mão dupla: “[...] ao mesmo tempo em que levaria a uma maior concorrência nos mercados locais, também permitiria o acesso mais fácil aos mercados externos, isto é o aumento de produtividade permitiria abrir novos mercados via aumento da competitividade.”. Ver também Barros, e Goldstein (1997), dentre outros.

<sup>3</sup> Filgueiras (2006, p. 179), chama a atenção para a diferença entre o os termos: neoliberalismo e projeto neoliberal. O primeiro termo diz respeito à doutrina político-econômica, enquanto o segundo a forma concreta pela qual o neoliberalismo se expressou num programa político-econômico no Brasil. Um marco na adesão ao projeto neoliberal pode ser visto também quando da inclusão do Brasil no Plano Brady, para renegociação da dívida externa, colocando ao término mais de uma década de difíceis negociações externas.

Collor para presidente em 1990. Este aprofundará as medidas liberalizantes e as privatizações, que já estavam em curso desde o fim da década de 1980. Tais medidas serão ainda mais potencializadas durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, quando ocorreram as privatizações de gigantes como a Vale do Rio Doce (1997) e a Telebrás (1998) e com alterações institucionais importantes, como a flexibilização conta CC-5.<sup>4</sup> (Filgueiras, 2006; Carneiro, 2002).

A retomada do crescimento com superávit nas transações correntes e a baixa inflação observado entre os anos de 2003-2007, somada a rápida recuperação da crise em 2009, abriu espaço para que o debate sobre desenvolvimento retomasse com uma força extra. É possível afirmar, que esse contexto propiciou uma superação parcial da “era da instabilidade”, no qual foi possível avançar estratégias de desenvolvimento alternativas a neoliberal. Ou seja, retomaram-se os debates, tanto acadêmicos, como de prática política, sobre políticas econômicas que visam o projeto de desenvolvimento de longo-prazo. (Biancarelli, 2012)

Nesse momento, trabalhos como Bresser-Pereira (2006) e Sicsú *et al* (2005), que propõem estratégias de desenvolvimento alternativas a neoliberal, ganharam destaque na discussão acadêmica heterodoxa. Mollo & Amado (2015) subdividem as correntes desenvolvimentistas da última década em três grupos: os novos-desenvolvimentistas, que se subdividem em novos-desenvolvimentistas precursores (Bresser, 2006) e novos desenvolvimentistas pós-keynesianos (Sicsú *et al*, 2005) e por último os social-desenvolvimentistas<sup>5</sup>. Cada grupo possui uma variável-chave de destaque em sua retórica. Os novos-desenvolvimentistas precursores focam na taxa de câmbio competitiva para a indústria, enquanto a corrente novo-desenvolvimentista pós-keynesiana foca em taxa de juros mais baixas. Já para os social-desenvolvimentistas o foco está no consumo de massas. Mesmo com essas diferenças todas essas correntes perseguem um objetivo comum “[...] um aumento de demanda que garanta impulso ao crescimento da economia, daí seu caráter heterodoxo” Mollo & Amado (2015, p. 22).

O objetivo deste texto é discutir as diferenças dentro da agenda de discussão do projeto econômico desenvolvimentista, que visa traçar uma estratégia de política econômica que leve o país a um crescimento sustentável no contexto da liberalização econômica. Vamos contrapor as posições do novo-desenvolvimentismo precursor e do social-desenvolvimentismo, destacando as relações causais que dão origem a trajetórias de crescimento com taxas mais elevadas e equilíbrio nos principais indicadores macroeconômicos. Como o debate entre as correntes desenvolvimentistas<sup>6</sup> coloca novas alternativas de combinação de políticas macroeconômicas de curto prazo com vistas a criar espaço para a sustentação de um projeto de desenvolvimento econômico com equidade social, a contribuição deste artigo é a de criticamente analisar as hipóteses de cada visão à luz do contexto econômico de integração financeira.

Este texto está dividido em três seções além desta introdução. Na seção dois será analisada a estratégia novo-desenvolvimentista. Na seção três será analisada a estratégia social-desenvolvimentista. A última seção é composta pela conclusão deste artigo.

---

<sup>4</sup> Para maiores informações sobre a flexibilização da conta CC-5 (Carneiro, 2002, p.270-272)

<sup>5</sup> Para diferenciar essa corrente em relação ao desenvolvimentismo antigo, o termo proposto pelo próprio ministro Guido Mantega, em 2007, foi “social-desenvolvimentista”, [...] é significativo que ele tenha sido proposto apenas em meados do segundo governo de Lula e pouco mais de dois anos depois da desaceleração de 2004-5, ainda que seus temas fossem apresentados no programa de governo de Lula na campanha presidencial de 2002. ” (Bastos, 2012, p.794)

<sup>6</sup> Observar que estaremos nos apoiando em Fonseca (2014) para caracterizar o desenvolvimentismo como “ [...]entendido primordialmente no campo material da história: trata-se de uma política econômica efetivamente praticada por governos em determinado tempo e lugar. ” (FONSECA, 2014, p.58).

## II. Novo Desenvolvimentismo<sup>7</sup>

Os novos-desenvolvimentistas têm a taxa de câmbio competitiva para a indústria o preço chave da economia. No processo de atualização das teses do “velho” desenvolvimentismo, os novo-desenvolvimentistas pressupõem não apenas a revisão das teses estruturalistas<sup>8</sup>, mas também a inclusão de novos pressupostos. São incluídas cinco teses em relação ao antigo paradigma, dentre as quais três estão relacionadas à taxa de câmbio. Essas novas teses, são os pilares da macroeconomia estruturalista do desenvolvimento (Quadro 1).

QUADRO 1- As teses novo-desenvolvimentistas

TESES NOVO-DESENVOLVIMENTISTAS
A <b>taxa de câmbio</b> competitiva é essencial para o aumento da poupança interna e do investimento
Tendência estrutural à sobrevalorização cíclica da <b>taxa de câmbio</b>
Doença holandesa, que sobreaprecia permanentemente a <b>taxa de câmbio</b> e impede ou dificulta a industrialização
Crítica à política de déficit em conta corrente ou de crescimento com poupança externa
Equilíbrio fiscal é essencial para o desenvolvimento

FONTE: Reprodução parcial do “Quadro 1: Teoria estruturalista original comparada com a macroeconomia estruturalista do desenvolvimento” Bresser-Pereira & Gala (2012, p.31)

O novo-desenvolvimentismo utiliza o mesmo método analítico da escola estruturalista. Bresser-Pereira & Gala (2012), Bresser-Pereira (2009), Bresser-Pereira *et al* (2015) o nomeiam como “método histórico-dedutivo”.<sup>9</sup> Esse método é caracterizado por partir da análise do fenômeno concreto, para depois abstrair e modelar o objeto desejado. Dessa forma, seus modelos possuem um grau razoável de correspondência com a realidade. A dimensão histórica também faz parte dessa análise. O processo de desenvolvimento econômico é entendido como um fenômeno historicamente e institucionalmente determinado. (Bresser-Pereira, 2009; Mollo & Amado, 2015)

A influência da macroeconomia keynesiana está presente no protagonismo do papel da demanda na determinação do crescimento para todas as correntes desenvolvimentistas. Assim, na macroeconomia estruturalista do desenvolvimento os entraves ao desenvolvimento estão concentrados, principalmente, no lado da demanda e não do lado da oferta. Diferentemente da teoria neoclássica do crescimento o problema não é a disponibilidade dos fatores de produção – capital, trabalho e terra – e o progresso técnico. (Bresser-Pereira *et al*, 2015)

### II.1 A estratégia de crescimento novo-desenvolvimentista via exportações

Os novos-desenvolvimentistas afirmam que um país que completou o seu processo de industrialização e alcançou um nível de renda média tem seu crescimento de longo prazo determinado pela expansão da demanda agregada. Para uma economia pequena e aberta, o principal componente autônomo são as exportações, cujo o dinamismo é responsável por

<sup>7</sup> Por simplificação, a partir desse momento nos referimos ao novo-desenvolvimentismo percurso, como apenas novo-desenvolvimentismo.

<sup>8</sup> Para uma análise sobre a revisão feita pelos novos-desenvolvimentistas das teses estruturalistas ver Bresser-Pereira & Gala (2012) e Bresser-Pereira (2012.a)

<sup>9</sup> Mollo & Amado (2015), Bielschowsky & Mussi (2006) utilizam o termo o “método histórico-estrutural”.

relaxar a restrição do balanço de pagamentos. Desta forma, para a sustentação de uma taxa de crescimento de equilíbrio de longo prazo, as exportações devem crescer a uma taxa maior que as importações. (Bresser-Pereira *et al*, 2015)

As exportações são consideradas o componente principal da demanda agregada devido a impossibilidade de uma expansão persistente do consumo interno e dos gastos do governo que sustentem o crescimento equilibrado de longo prazo. Essa impossibilidade advém de duas razões. Primeiramente, a expansão do consumo interno depende da expansão persistente do salário real. Essa expansão significaria a redução da taxa de lucro esperada. Por sua vez, essa redução acarretaria a diminuição dos investimentos, que impactaria na estagnação da incorporação de progresso técnico e o não crescimento da produtividade do trabalho. No longo prazo, seria insustentável o crescimento dos salários em taxas superiores ao crescimento da produtividade. Em segundo lugar, o crescimento dos gastos do governo possui limites orçamentários. Seu crescimento sem uma contrapartida, na redução dos salários e dos lucros podem levar a excesso de demanda que ocasionaria inflação no longo prazo. (Bresser-Pereira *et al*, 2015; Oreiro, 2012)

Tendo identificado o mercado externo como o propulsor do crescimento a longo prazo, a macroeconomia estruturalista do desenvolvimento identifica a taxa de investimento como a principal variável macroeconômica a explicar o crescimento do produto potencial. A taxa de investimento, por sua vez depende das oportunidades de investimento voltados para a exportação. A própria dinâmica do investimento faz com que a sua expansão simultaneamente aumente a capacidade produtiva e a disponibilidade de capital. Dessa forma, “[...] tanto o ritmo de crescimento da disponibilidade dos fatores de produção quanto o ritmo do progresso tecnológico são determinados, a longo prazo, pela taxa de expansão das exportações. (Bresser-Pereira *et al*, 2015, p.37).

Baseado em Kalecki, o estoque de capital de uma economia é determinado pelas decisões passadas de investimento. A nível da empresa, a decisão de investir depende principalmente de dois fatores: a percepção das oportunidades de lucros e o custo de oportunidade capital. As oportunidades de lucro percebidas pelos empresários são resultado das expectativas da expansão da demanda por bens e serviços. Ou seja, a taxa de investimento se ajusta a expectativa de crescimento da demanda. Desta forma, para que haja crescimento da taxa de investimento, a taxa de retorno do investimento dos empresários deve ser maior que o custo de oportunidade capital. Como veremos, este raciocínio está na base do argumento da importância da taxa de câmbio dentro da estratégia de desenvolvimento dos novos desenvolvimentistas. (Bresser-Pereira *et al*, 2015)

Baseados nos escritos de Kaldor (1957), os novos-desenvolvimentistas assumem o progresso técnico como endógeno, ou seja, a introdução das inovações tecnológicas ao processo produtivo ocorre através do investimento em máquinas e equipamentos no “estado da arte” mundial.

Seguindo a tradição Keynes-Kalecki, a interconexão entre taxa de investimento, taxa de crescimento da economia e taxa de lucro esperada é de extrema importância para os novos-desenvolvimentistas. É através dela que eles negam a possibilidade de um crescimento sustentado de longo prazo ancorado no crescimento do mercado interno. Para um crescimento via mercado interno os salários reais deveriam aumentar persistentemente reduzindo a margem de lucro considerada “satisfatória” pelos empresários. Dessa maneira, a taxa de investimento se reduziria, acarretando uma atenuação da incorporação de progresso técnico, do crescimento da produtividade e da taxa de crescimento da economia. Se esta sequência ocorrer, a médio/longo prazo deve-se observar um crescimento dos salários maior que o crescimento da produtividade do trabalho, o que acarretaria uma aceleração do processo inflacionário. Utilizando os termos clássicos do artigo seminal de Badhuri & Marglin (1990), os novos-desenvolvimentistas pressupõem que o investimento é mais sensível a mudanças na

parcela dos lucros na renda ao invés de mudanças no grau de capacidade utilizada. Ou seja, pressupõem que o regime de demanda seja *profit-led* e, que não seja possível um crescimento sustentável em um regime *wage-led*. (Bresser-Pereira *et al*, 2015)

Distinguem assim dois tipos de investimento: o voltado para o mercado interno e o voltado para o mercado externo. Para o primeiro a variável-chave é o consumo, que depende da taxa de crescimento dos salários totais. Já para o segundo a variável-chave é o crescimento da demanda mundial pelos bens exportados e a elasticidade-renda das exportações desse país. Como mencionado, o foco dos novos-desenvolvimentistas são os gastos autônomos, dentre eles, as exportações têm papel primordial. Desta forma, o potencial de crescimento de uma economia pequena e aberta sem moeda conversível é determinado pela taxa de crescimento das exportações, expresso como:

$$g = \varepsilon z \quad (1.1)$$

Onde,  $g$  é taxa de crescimento do produto,  $\varepsilon$  é a elasticidade-renda das exportações e  $z$  é taxa de crescimento da renda no resto do mundo. (Bresser-Pereira *et al*, 2015, p.43)

A expressão acima sintetiza a relação estrutural entre progresso técnico, investimento e crescimento econômico e a sua interpretação dá a sequência a um processo de causalidade circular cumulativa, a exemplo de Dixon & Thirwall (1975). O investimento, como visto, reage em relação a lucratividade esperada, que depende da expectativa de crescimento da demanda e do custo de oportunidade do capital. Por sua vez, o investimento estimula a acumulação de capital via introdução de máquinas e equipamentos, que incorporam tecnologia de última geração a produção. Esse processo contribui para o aumento da produtividade agregada, propiciando um aumento da competitividade preço e não-preço, com impacto positivo sobre as exportações, o que alterará as expectativas sobre o crescimento da demanda do empresário, o que ocasionará um ajuste no seu investimento e assim sucessivamente.

A contribuição dos novos-desenvolvimentistas ao descreverem o círculo virtuoso de crescimento é trazer para a discussão a necessidade de uma política cambial ativa, que garanta que a sequência descrita será observada. Pois, através do manejo da taxa de câmbio seria possível garantir o acesso ao mercado internacional pelas empresas nacionais que utilizam a tecnologia de fronteira. Acrescentam ainda que o manejo da taxa de câmbio é de fundamental importância devido à existência de uma tendência cíclica e crônica de sobrevalorização da taxa de câmbio.

## **II.2. A determinação da taxa de câmbio de equilíbrio e a sua tendência à apreciação cíclica**

A taxa de câmbio é uma variável tão importante na argumentação dos novos-desenvolvimentistas que eles desenvolveram uma teoria própria para a sua determinação. Eles se basearam na teoria do valor dos economistas clássicos – Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx –, aplicada para a determinação da taxa de câmbio. Dessa forma, a taxa de câmbio possuiria um valor e um preço de mercado. (Bresser-Pereira *et al*, 2015)

O seu preço seria determinado pela oferta e demanda por moeda estrangeira. Os novos-desenvolvimentistas traduzem para “termos práticos” a ideia clássica de valor como trabalho socialmente necessário para a aquisição de bens e serviços em moeda estrangeira, como sendo o custo de produção acrescido de uma taxa de lucro considerada razoável que estimula as empresas que utilizam a tecnologia no “estado da arte mundial” a continuarem a produzir seus bens e serviços. Definem valor da taxa de câmbio como:

“[...] o valor da moeda estrangeira expresso em termos de moeda nacional que permite as empresas representativas do país que participam do comércio exterior

e garantem o equilíbrio de sua conta corrente obterem uma receita que cubra seus custos mais uma taxa de lucro razoável, assumida tarifa zero de importação.” (BRESSER-PEREIRA *ET AL*, p.58)

Organizando as empresas em ordem decrescente de competitividade, o valor da taxa de câmbio seria determinado pela última empresa que consegue participar do comércio internacional auferindo uma taxa de lucro considerada razoável. Mais especificamente, para determinar o valor da taxa de câmbio seria necessário analisar os custos de produção das empresas que dependem da produtividade e dos salários. Quando os custos unitários do país subissem o valor da moeda nacional cairia em decorrência da perda de competitividade econômica. Para que se mantenha o equilíbrio no balanço de pagamentos, a taxa de câmbio deveria se depreciar. “Dessa forma, o país mantém competitivas suas empresas no plano monetário, embora esteja perdendo competitividade no plano econômico [...]” (Bresser-Pereira *et al*, 2015, p.58). A taxa de câmbio atinge o equilíbrio quando o seu preço está próximo do seu valor. O preço da moeda também pode diferir do seu valor por um fator estrutural: a doença holandesa.

Bresser-Pereira (2008, 2012.b, 2013) considera a doença holandesa uma falha de mercado e uma “desvantagem competitiva” (Bresser *et al*, 2015, p.65), que atua na sobrevalorização da taxa de câmbio. Ou seja, ela distorce um preço macroeconômico de maneira a afetar a competitividade de uma gama de empresas. A dinâmica de sobreapreciação está intimamente ligada as rendas ricardianas auferidas na exploração de recursos naturais abundantes<sup>10</sup>. No modelo apresentado por Bresser-Pereira, as rendas ricardianas são entre países. Elas levam em conta o diferencial de produtividade de um país produtor em relação ao preço internacional da *commodity*. Ou seja, nos países onde os recursos naturais são abundantes e baratos, os custos de produção dessas *commodities* são menores em relação aos produtores marginais menos eficientes admitidos no mercado internacional e que estabelecem os parâmetros do preço internacional. Esse fato possibilita aos produtores mais eficientes auferirem lucros considerados extraordinários. (Bresser-Pereira, 2006; Bresser-Pereira, 2013; Bresser-Pereira & Gala, 2012; Bresser-Pereira *et al*, 2015).

Dado esse panorama, a exportação desses recursos naturais é viável à uma taxa de câmbio que permite o equilíbrio da conta corrente determinado por esses recursos. Porém, essa taxa de câmbio é muito apreciada para tornar as empresas não produtoras de *commodities* que utilizam a tecnologia de fronteira competitivas em nível internacional. Dessa forma, essa taxa de câmbio se configura uma taxa de câmbio de equilíbrio “corrente”, mas não uma taxa de taxa de câmbio de equilíbrio “industrial”. Ou seja, quando o país apresenta em sua estrutura econômica a doença holandesa existiriam duas taxas de câmbio consideradas de equilíbrio de longo prazo. Por isso, a doença holandesa é considerada um fator estrutural que inibe a industrialização e sofisticação produtiva. (Bresser-Pereira, 2006; Bresser-Pereira, 2013; Bresser-Pereira & Gala, 2012; Bresser-Pereira *et al*, 2015)

Para Bresser-Pereira *et al* (2015), o Brasil passa por um processo de desindustrialização por causa da doença holandesa. Para os autores o país no MSI neutralizou a doença holandesa através da implementação de taxas múltiplas de câmbio e altas alíquotas de importações. Porém, com a implementação de medidas de liberalização comercial e financeira, os instrumentos que antes neutralizavam a doença holandesa deixaram de ser implementados ou tiveram o seu papel reduzido.

Concluem assim que existe nos países em desenvolvimento uma “[...] tendência histórica à sobrevalorização cíclica e crônica [...]” da moeda nacional frente às moedas de

---

<sup>10</sup> Segundo os novos-desenvolvimentistas existiriam pelo menos duas outras fontes de doença holandesa, além da existência de recursos naturais abundantes e baratos: a grandes montantes de remessa de imigrantes e a existência de mão-de-obra barata associada a grande defasagem salarial. A primeira fonte seria a causa da doença holandesa no México e a segunda nos países asiáticos. (Bresser-Pereira *et al*, 2015, p.74-76)

referência. (Bresser-Pereira *et al*, 2015, p.105). Essa tendência seria explicada tanto pela existência de um quadro de doença holandesa não neutralizada, como pela adoção de políticas econômicas que colaborariam para a sobrevalorização da taxa de câmbio. Assim, a tendência de sobrevalorização é considerada crônica por consequência do fator estrutural associado à doença holandesa, e é considerada cíclica pois a sua dinâmica respeita o ciclo de ocorrência das crises de balanço de pagamento. (Bresser-Pereira *et al*, 2015; Bresser-Pereira, 2012.b)

### II.3 Política macroeconômica e o ciclo de valorização do câmbio

Em um quadro de doença holandesa não neutralizada, a taxa de câmbio flutuaria em torno da taxa de equilíbrio “corrente”. Porém, em virtude da implementação de políticas macroeconômicas específicas nos países em desenvolvimento a taxa de câmbio se deslocaria para um patamar mais baixo que o do equilíbrio “corrente”.

A principal política considerada equivocada pelos novos-desenvolvimentistas que contribui para essa tendência é a estratégia de crescimento via poupança externa. Bresser-Pereira *et al* (2015), também destacam a utilização de duas outras políticas: a âncora cambial para conter a inflação e a prática de taxas de juros altas.

Quando a taxa de câmbio ultrapassa o nível do equilíbrio “corrente”, não seria mais possível garantir o equilíbrio intertemporal da conta corrente. O país passaria a gerar déficits em conta corrente que seriam cobertos por empréstimos internacionais e/ou pela entrada de capitais de curto prazo. No último caso, o elevado diferencial entre a taxa de juros doméstica e internacional atuaria como um atrator de fluxos de capitais que ocasionaria uma maior valorização da taxa de câmbio. Essa dinâmica é chamada na literatura como “armadilha câmbio-juros”. (Bresser-Pereira & Gomes, 2009; Oreiro,2014). Ela acarreta uma menor taxa de crescimento do investimento devido ao aumento do custo de capital e, por conseguinte reduz a taxa de crescimento econômico.

Em suma, se não houver a correção do desalinhamento da taxa de câmbio, ocorre uma bolha de crédito. Os credores internacionais acreditariam de maneira quase que irracional na solvência do governo. Porém, para manter essa confiança o governo deveria aceitar os condicionantes impostos por esses credores, que geralmente, englobariam a implementação de um conjunto de políticas econômicas que incluiriam, dentre outras políticas, medidas de ajuste fiscal e o aumento da taxa de juros. Essas medidas colaborariam ainda mais para a valorização da moeda nacional.<sup>11</sup> (Bresser-Pereira *et al*, 2015)

A reversão desse ciclo de sobrevalorização ocorre de forma abrupta. Essa reversão seria o resultado da percepção dos credores da deterioração da situação da dívida externa, o que os levariam a uma revisão das suas expectativas sobre a capacidade de pagamento do governo. O efeito dessa revisão seria a não rolagem da dívida, acarretando uma crise de balanço de pagamentos, que em geral se desdobra para o sistema financeiro e bancário dependendo do nível de endividamento em moeda estrangeira do país. (Bresser-Pereira *et al*, 2015)

A crise do balanço de pagamentos por sua vez traz, de imediato, o realinhamento da taxa de câmbio, ou seja, a taxa câmbio sofreria uma rápida desvalorização (*overshooting*). O problema é que sem uma política cambial ativa, ela voltará a se valorizar, e um novo ciclo de sobrevalorização da taxa de câmbio se iniciaria.

---

<sup>11</sup> Dentro do esquema teórico e analítico novo-desenvolvimentista, a valorização da moeda nacional possui um limite. Em um país que apresenta um quadro de doença holandesa esse piso seria a taxa de câmbio que não permite economicamente a produção e a exportação das empresas eficientes das commodities que são a raiz desse quadro. Dessa maneira, a taxa de câmbio se valorizaria até um valor máximo determinado por esse piso e a taxa de mercado estaria um pouco acima desse piso.

Como para os novos-desenvolvimentistas a taxa de crescimento da economia depende da taxa de investimento, que por sua vez está relacionada com a taxa de câmbio, os empresários calcularão a viabilidade dos seus investimentos tendo como base a taxa de câmbio de mercado. Porém, essa taxa não corresponde a taxa “correta”, dada a existência da tendência à sobrevalorização da taxa de câmbio. Como a taxa de mercado é sobrevalorizada, mesmo as empresas que utilizam a tecnologia de produção de fronteira considerariam seus investimentos inviáveis economicamente. Nesse cenário, os novos-desenvolvimentistas concluem que para os países em desenvolvimento alcançarem o *catching-up* e a trajetória de crescimento econômico, a tendência à sobrevalorização da taxa de câmbio deve ser neutralizada. Os mesmos argumentam que a neutralização dessa tendência deve ser feita através do instrumento da política cambial. (Bresser-Pereira *et al*, 2015)

## II.4 Políticas cambiais ativas

A política cambial possui duas frentes. A primeira estaria relacionada ao fator estrutural da doença holandesa. Já a segunda<sup>12</sup> estaria relacionada a oferta e a demanda de divisas internacionais, basicamente políticas convencionais – política monetária e política de compra de reservas –, políticas de controle de capital e a rejeição de políticas econômicas que sobrevalorizem a taxa de câmbio.

A política cambial estrutural é aquela que tem como objetivo a neutralização da doença holandesa. Essa neutralização seria empreendida através de mecanismos que proporcionem a equalização das taxas de lucros dos setores exportadores de *commodities* e dos produtos industriais.

Alguns outros instrumentos de política econômica também neutralizariam a doença holandesa. Por exemplo, um sistema de taxas múltiplas de câmbio, altas alíquotas de importação e subsídios a exportação de bens industrializados. Porém, para os novos-desenvolvimentista existe um instrumento mais adequado ao estágio de desenvolvimento dos países de renda média. Esse instrumento seria a implementação de um imposto sobre a exportação da *commodity* que proporcionam rendas ricardianas aos seus produtores. Se um país possuir mais de uma *commodity* nessas condições, os impostos deveriam ser diferenciados, ou seja, específicos para cada uma delas. (Bresser-Pereira *et al*, 2015; Bresser-Pereira, 2012.b)

O mecanismo de transmissão da implementação do imposto seriam os custos de produção. Essa implementação iria aumentar a soma dos custos com o lucro considerado satisfatório dos produtores dessas *commodities*. No esquema analítico dos novos-desenvolvimentistas esse somatório representa tanto o valor da taxa de câmbio, como a curva de oferta dessas *commodities* em relação ao valor da taxa de câmbio<sup>13</sup>. Com a implementação do imposto sobre exportações, os custos de produção desses exportadores aumentariam em relação a outros países, o que ocasionaria uma queda do valor da moeda nacional, ou melhor, aumentaria o valor da taxa de câmbio. Esse efeito acarretaria uma depreciação da taxa de câmbio para o nível equivalente ao equilíbrio industrial. Dessa maneira, a alteração na taxa de câmbio devido a implementação do imposto sobre as exportações de *commodities* é um

---

<sup>12</sup> “Na discussão da política cambial, partimos de duas hipóteses: a primeira, de que as exportações e importações são elásticas em relação a taxa de cambio – isto e, a condição Marshall–Lerner está satisfeita – e a segunda, de que o regime cambial não e nem fixo nem totalmente flutuante, mas está sujeito a um regime administrado.” Bresser-Pereira *et al* (2015, p.175)

<sup>13</sup> “Essas curvas de oferta são definidas em termos dos preços necessários para que as empresas cubram seus custos, mais um lucro razoável.” (Bresser-Pereira *et al*, 2015, p.162)

reflexo do deslocamento da sua curva de oferta e não da oferta e demanda de divisas internacionais. (Bresser-Pereira *et al*, 2015, p.160-161)

## II.5 Estratégias de crescimento e regimes de demanda

Por fim, para os novos-desenvolvimentistas a análise do regime de demanda identifica três estratégias de crescimento: *domestic (wage) –led*, *export (profit) – led*<sup>14</sup> e a equilibrada. Bresser-Pereira *et al* (2015, p.146) analisam a existência dessas estratégias através dos coeficientes de abertura e de exportação. Uma estratégia *export-led* seria caracterizada pelo crescimento do coeficiente de exportação e pela redução do coeficiente de abertura, enquanto a estratégia *domestic-led* seria caracterizada pela relação oposta. Já a estratégia equilibrada seria caracterizada pela estabilidade do crescimento de ambos os coeficientes.

Para Bresser-Pereira *et al* (2015), a melhor estratégia de crescimento para um país de renda média é a estratégia equilibrada, na qual tanto o mercado interno, como o mercado externo são priorizados. Porém, quando um país apresenta taxas de crescimento econômico e do investimento abaixo do seu nível potencial, a estratégia *export-led* deveria ser utilizada no curto prazo para a reversão desse quadro e o alcance de um crescimento equilibrado. Ou seja, a estratégia *export-led* seria uma estratégia de transição para a estratégia de crescimento equilibrada.

Mas por que a estratégia *domestic-led* não poderia se configurar como uma estratégia de transição? Segundo Bresser-Pereira *et al* (2015, p.149), existem limites – investimentos dependem da taxa de lucro esperada - que não permitiriam a expansão dos salários continuamente na renda no longo prazo. Além disso, essa expansão não se configuraria em uma expansão de capacidade produtiva. Existiria também, um problema de vazamento de renda, no qual os estímulos a demanda agregada vazariam para o exterior via importação de bens de consumo. Se o crescimento das importações for maior que o crescimento das exportações, esse vazamento de renda poderia acarretar problemas na rubrica de transações correntes. Em suma, para os novos-desenvolvimentistas a estratégia *domestic-led*, é uma estratégia de curto prazo, da mesma forma que a estratégia *export-led*, porém ela não leva a um crescimento equilibrado no longo prazo como a segunda estratégia.

A estratégia *export-led* seria colocada em prática com uma desvalorização cambial “ [...] realizada por uma série de intervenções, vamos imaginar, que a taxa de câmbio está no nível de equilíbrio industrial e que o governo é capaz de mantê-la nesse nível. ” (Bresser-Pereira *et al*, 2015, p.152) Como resultado dessa desvalorização, as oportunidades de investimento voltadas para o setor exportador iriam aumentar, pois as empresas que utilizam a tecnologia no estado da arte mundial não estariam mais em desvantagem. Essa desvantagem competitiva seria fruto dos salários artificialmente altos vide a produtividade do trabalho. A desvalorização cambial reduziria os salários reais e aumentaria a margem de lucro desses empresários, que por sua vez os estimularia a investir. O aumento da taxa de investimento, proporcionaria um aumento similar na aquisição de máquinas e equipamentos modernos que contribuiriam para o progresso técnico. Esse progresso técnico ocasionaria o aumento da produtividade do trabalho, que daria margem para o aumento salarial futuro. Esses efeitos contribuiriam para o ganho de competitividade não-preço das exportações. O aumento das exportações iria puxar a produção voltada para o mercado interno e dessa forma contribuiria

---

<sup>14</sup> Os termos *wage-led* e *profit-led* dizem respeito ao texto seminal de Bhaduri & Marglin (1990). Neste artigo, se o investimento for mais sensível a mudanças no grau de capacidade utilizada, o regime é considerado *wage-led*. Porém, se o investimento for mais sensível a mudanças na parcela do lucro na renda, o regime seria *profit-led*.

para uma maior dinamização tanto do mercado de trabalho, como do mercado interno de consumo. Dessa forma, no longo prazo, o país atingiria um crescimento equilibrado.

Os novos-desenvolvimentistas reconhecem que o ônus da desvalorização recairia sobre os trabalhadores. A desvalorização cambial acarretaria um conflito distributivo. Os trabalhadores veriam os seus salários reais diminuírem no curto-prazo. Eles apenas seriam recompensados quando círculo virtuoso se completasse, ou seja, quando a taxa de crescimento da economia e da demanda por mão-de-obra aumentassem. Nesse momento, os seus ganhos seriam superiores aos anteriores, pois os ganhos de produtividade seriam maiores que anteriormente. Como a existência do conflito distributivo não é negligenciada, é necessário a construção de um pacto social, no qual os trabalhadores aceitassem uma redução dos seus salários reais no curto-prazo, em prol do crescimento acelerado, e consequentemente maiores salários no longo-prazo. A grande questão que fica da proposta novo-desenvolvimentista é *se o círculo virtuoso não se comportar da maneira proposta como ficariam os trabalhadores e o processo inflacionário?* (Missio, 2012).

## **II.6 Analisando criticamente a sequência dos argumentos novo-desenvolvimentista**

A principal crítica aos novos-desenvolvimentista é a onipotência da taxa de câmbio na determinação da trajetória de crescimento e de desenvolvimento. Biancarelli & Rossi (2014), afirmam que uma taxa de câmbio competitiva para a indústria é uma condição necessária, mas não suficiente para o alcance de uma estrutura produtiva heterogênea. O estímulo ao setor exportador não seria capaz de resolver sozinho os problemas estruturais econômicos e sociais necessários para o desenvolvimento da periferia, seria necessário a implementação de reformas estruturais. Mollo & Amado (2015) afirmam que não há garantias que esses estímulos possam realinhar a estrutura do comércio exterior dos países periféricos de maneira a proporcioná-los crescimento econômico.

Carneiro (2012) assinala que a estratégia de incentivo ao setor exportador teve sucesso em países com mercado interno reduzido, como o caso dos países asiáticos na década de 1980/1990. Esses países conseguiram estabelecer a ponte entre crescimento das exportações de manufaturais via taxa de câmbio desvalorizada com a aquisição de progresso técnico e inovações produtivas. O Brasil possui uma estrutura diferenciada, no qual o mercado interno é relevante para indústria nacional, de tal modo que é ele que dinamiza e produz alterações na estrutura produtiva.

Os novos-desenvolvimentista devem ter em mente que algumas das alterações ocorridas na configuração da estrutura produtiva nas duas últimas décadas não podem ser “concertadas” em âmbito nacional. Elas estão associadas tanto a mudança nas estratégias empresarias das firmas multinacionais em âmbito global, como a nova diretriz na ordem econômica mundial pró-liberalização. Ou seja, o “novo-normal” seria caracterizado por coeficientes de abertura mais elevados.

## **III. Social-Desenvolvimentismo**

A estratégia social-desenvolvimentista – também identificada como “modelo de desenvolvimento inclusivo” em Biancarelli *et al* (2014, p.16) e “desenvolvimentismo distributivo orientado pelo Estado” em Bastos (2012, p.793) - possui como eixo comum a ênfase em uma estratégia de desenvolvimento centrada na expansão do mercado interno, mais especificamente na expansão do mercado de consumo de massas. (Mollo & Amado, 2015; Bielschowsky, 2014; Fonseca & Mollo, 2013).

Segundo Biancarelli & Rossi (2013), o prefixo “social” assinala o papel de destaque que é atribuído a dimensão social dentro dessa estratégia, e se justifica pela a grande concentração de renda e de riqueza que o país apresenta, assim como os diferentes graus de desigualdade social e de oportunidades.

Biancarelli & Rossi (2013), Rossi (2014) e Biancarelli (2014), trabalham a sua conceituação de estratégia social-desenvolvimentista tendo como base a experiência recente dos governos petista. Nesses trabalhos são identificadas inflexões na condução da política econômica que justificariam a alteração da estratégia de desenvolvimento neoliberal que teria sido substituída por uma estratégia social-desenvolvimentista. Essas inflexões são: o aprofundamento das políticas de distribuição de renda e dos instrumentos de seguridade social, a introdução de uma política de valorização do salário mínimo e a expansão do crédito ao consumidor.

Neste trabalho estamos interessados na análise das propostas de política econômica que fazem parte da estratégia de desenvolvimento das diferentes correntes desenvolvimentista. Por isso, não analisaremos as inflexões propriamente ditas, mas sim as propostas teóricas que interpretam essas inflexões, tendo como referência maior a análise de Bielschowsky (2012, 2013, 2014). Nesses trabalhos, o autor apresenta as três principais “fontes de expansão” da economia brasileira e os seus dois mecanismos potencializadores, que podem guiar o país para um crescimento sustentável no longo prazo.

### **III.1 A estratégia de crescimento social desenvolvimentista via consumo de massas**

A primeira fonte de expansão da economia brasileira seria a expansão do mercado de consumo de massas, que ocorreria quando a renda *per capita* do país possibilitasse a população consumir acima das necessidades básicas. Medeiros (2015) demonstra que a evolução dos padrões de consumo ocorre através da incorporação de novos bens nas cestas de consumo devido a redução dos preços desses bens e dos bens-salário.<sup>15</sup> A expansão dos bens duráveis na cesta de consumo depende de dois fatores adicionais: a estabilidade do emprego formal e a disponibilidade de crédito ao consumidor. “Nessa evolução, a mudança na estrutura relativa do consumo decorre da elevação da renda das famílias mais pobres e da adoção de novos hábitos de consumo – das famílias mais ricas.” (Medeiros, 2015 p. 55). Ou seja, para que haja a estruturação e/ou a expansão do mercado de consumo de massas é necessário que o padrão, ou seja a composição, de consumo da sociedade evolua.

A estrutura de distribuição de renda torna-se uma variável importante para determinar a evolução do padrão de consumo e, portanto, do crescimento econômico, como já apresentado em Furtado.<sup>16</sup> O autor, analisando a década de 1960, afirmava que a economia brasileira tendia a um processo de estagnação, fruto dos limites do modelo de acumulação excludente que vigorava na economia brasileira. A estagnação seria um resultado da concentração da estrutura de demanda, que não possuía dinamismo o suficiente para alterar a estrutura produtiva. A tese estagnacionista de Furtado foi refutada por Tavares & Serra (1972) ao analisarem o ‘milagre’ econômico. Os autores apontaram que seria possível manter taxas altas de crescimento com uma estrutura de demanda concentrada, desde que os investimentos e as exportações tivessem papel de destaque na composição da demanda. Dessa forma,

---

15 “Estes bens (os bens de consumo necessários e os insumos) constituem – em dada sociedade e determinado momento histórico, tal como analiticamente salientado na teoria clássica da distribuição – *bens-salários estratégicos* (Williamson, 1977). Bens cujos preços possuem predominante influência sobre o custo de vida e, consequentemente, a taxa de salário.” Grifos do original (Medeiros, 2015, pp;53-54)

<sup>16</sup> Antes da contribuição de Furtado a interpretação dominante era da existência de uma economia dual, na qual coexistiam dois “Brasis” um moderno e outro atrasado. (Malta,2010).

identificaram que o crescimento extraordinário do período foi “perverso”, pois ele não só gerou mais concentração de renda, como também foi induzido por ela. Hoffman & Duarte (1972) chegaram a conclusão semelhante de que o crescimento do período foi reforçado pela concentração de renda. Trabalhos como o de Wells (1975) apresentaram evidências que a redistribuição de renda levaria a um aumento da demanda dos setores modernos mais que proporcionais aos ganhos de renda. Já o trabalho de Hoffman (1975) evidenciou que mais da metade da população brasileira não teve efeitos monetários positivos com o crescimento econômico do ‘milagre’ e outros 30% apenas efeitos marginais. O autor elencou uma série de razões para esse resultado como: o crescimento dos salários menor que o crescimento da produtividade do trabalho, a adoção de tecnologias de produção intensivas em capital e a questão da concentração fundiária. (Bielschowsky, 2014; Bielschowsky & Mussi (2006); Malta 2010).

No início da década de 1990 Castro (1990.b) argumentava que mercado de consumo de massas estava estabelecido no Brasil. Esse processo ocorreu entre 1960-1988, quando o aumento do número de trabalhadores impactou no aumento da massa salarial, que somado a disponibilidade de crédito ao consumidor ocasionou o aumento do consumo de bens populares. Em Castro (1990.a, p.373-374), o autor afirmava que o aumento da massa salarial levaria a um aumento do investimento. Haveria uma “intensa troca de estímulos” entre os salários e o investimento, pois o aumento dos investimentos levaria a incorporação de novas técnicas de produção aumentando a produtividade do trabalho e o espaço para os aumentos salariais. Castro chama a atenção para um fato: a “revolução do consumo de massas “ não pressupõe que os salários cresçam mais rapidamente que a economia. Assim, a “revolução do consumo de massas” afetaria a expansão da economia através do aumento da demanda e da produção de bens de consumo de massa e da ampliação capacidade de produção desses bens.<sup>17</sup>

Bielschowsky (2014, p. 124), aprofundando a proposta de Castro, trabalha com a noção de um “modelo de consumo e produção de massas”. Ou seja, a expansão do mercado de consumo de massas deve ser acompanhada de uma alteração na estrutura produtiva local para atender a essa demanda. Para o autor apenas com a produção doméstica é possível que haja o aumento dos rendimentos de escala da produção e progresso técnico, seguindo o círculo virtuoso previsto por Castro (1990.a). Por outro lado, o estancamento da demanda via importações pode comprometer o resultado do balanço de pagamentos no médio/longo-prazo.

A análise feita por Castro (1990.a), pressupunha uma abertura comercial racional. Ou seja, era esperado que a retirada dos mecanismos de proteção ao mercado interno ocorresse de maneira paulatina, dando tempo para a indústria nacional se adaptar e ter capacidade de competir com os produtos importados. Isso não ocorreu, a abertura comercial foi realizada rapidamente. Como resultado das reformas, a estrutura de oferta nacional sofreu uma transformação ao longo da década de 1990, levando a uma especialização da estrutura produtiva. Para Carneiro, esse processo é evidenciado na elevação do coeficiente de penetração da indústria, que passa de 5,7% em 1990 para 20,3% em 1998 (Carneiro, op cit, Tabela 77, p. 318). O processo de reestruturação produtiva foi intensificado pelo longo período de apreciação do real frente ao dólar que barateou os produtos importados.

Existe um outro porém na análise da “produção de massas” no Brasil hoje: a China. A produção chinesa possui custos menores e economia de escala na fabricação de muitos

---

<sup>17</sup>Campolina & Silveira (2013) demonstram com dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) que desde 1988 a importância dos gastos com alimentação tem decaído, principalmente nos estratos mais pobres da população, ocasionando uma convergência lenta das cestas de consumo dos diferentes estratos de renda. **Ou seja**, a desigualdade de renda e a pobreza caíram, o que possibilitou que uma parcela importante da população acessasse o mercado de consumo de massas. Porém, esse acesso não teria significado ainda uma desconcentração nas despesas familiares, pois não teria havido ainda uma “melhoria na distribuição do consumo”. O consumo ainda é extremamente concentrado, principalmente o consumo de bens duráveis nas regiões metropolitanas.

produtos industriais.<sup>18</sup> Esse diferencial acarreta a alta competitividade internacional dos produtos *made in China*, que é evidenciada em seus baixos preços. O próprio Castro reconhecia que existem setores em que as empresas chinesas possuem um alto grau de competitividade que torna inviável a produção nacional, sem alguma forma de proteção ao mercado interno. (Castro, 2008)

### **III.2 Re-industrialização via consumo de massas, incorporação tecnológica na exploração de recursos naturais e investimento em infraestrutura**

A proposta de um “modelo de produção e consumo de massas” (Bielschowsky, 2014, p.124) é, na realidade, uma proposta de re-industrialização da economia brasileira. Contudo, como assinalado por Medeiros (2015), as mudanças ocorridas na distribuição de renda e nos padrões de consumo na última década não engendraram avanços na estrutura produtiva interna. A expansão do consumo de massas foi efeito a partir das inflexões da política econômica, conforme observadas por Biancarelli & Rossi (2013), acrescidas da estabilização dos preços dos produtos industriais, via valorização da taxa de câmbio e do aumento das importações chinesas.

Assim, Bielschowsky (2014) indica uma segunda fonte de expansão: a disponibilidade de diferentes tipos recursos naturais, que possuem tanto uma demanda nacional, como uma demanda internacional. No novo arranjo mundial o Brasil seria “o grande provedor de alimentos” para um “[...] novo, diferente e rico mundo que teria a China por eixo industrial, onde a Índia seria a principal fonte fornecedora de serviços [...]” (Castro, 2008 p.10). Castro (2008, p.10-11) relativiza o problema da re-primarização da estrutura produtiva brasileira ao mostrar que no curto prazo a solução do *stress* tecnológico<sup>19</sup> é aumentar as áreas de exploração dos recursos naturais.<sup>20</sup> Com isso, o Brasil ganharia vantagens, pois possui uma grande extensão de terra agricultável e outras reservas de recursos naturais. Porém, o autor sublinha o fato que a dotação de terra não significa que o Brasil deva assumir o papel de “fazenda do mundo”, pois entendia que produção agrícola, e parte do setor de recursos naturais, envolve diversos ramos industriais e de serviços de alta tecnologia que devem ser explorados.

Em suma, para que a expansão do setor exportador de *commodities* se traduza de fato em uma oportunidade para o desenvolvimento de longo-prazo torna-se necessário agregar valor ao bem exportável e adensar a sua cadeia produtiva em território nacional. Para isso, os segmentos de beneficiamento dessas *commodities* e as indústrias produtoras de bens de capitais e intermediários utilizados em seus processos produtivos devem ser implementos e/ou expandidos.<sup>21</sup> (Bielschowsky, 2014)

A terceira fonte de expansão seria o investimento em infraestrutura, preenchendo as muitas lacunas tanto da infraestrutura econômica, como da infraestrutura social. Neste caso, o setor público, deveria desempenhar papel fundamental na dinamização do investimento em

---

<sup>18</sup> Castro (2008, p.4) afirma que “os baixos salários chineses contribuíram para a redução inicial dos custos e preços – mas não explicam a drástica redução verificada nesta notável experiência”

<sup>19</sup> “Primeiramente, o planeta terra tornou-se pequeno para as necessidades dos consumidores modernos – que estão sendo rapidamente multiplicados na Ásia, na América Latina e na África. É fácil constatar este fato, que combinado às tecnologias comercialmente em uso, e aos recursos naturais efetivamente à disposição das economias, não poderia senão gerar uma forte mudança de preços relativos, em benefício das *commodities* tornadas escassas.” Castro (2008, p. 10-11)

<sup>20</sup> Castro trabalha com a existência de três estratégias industriais possíveis para a nova ordem mundial. Elas são compostas por três tipos políticas (proteção, apoio ao reposicionamento e “busca pelo futuro”), em diferentes graus (dominante, presença significativa e presença residual). Para maiores informações: Castro (2008, p.5-10)

<sup>21</sup> Influencia clara da estratégia neo-estruturalista da Transformação Produtiva com Equidade

infraestrutura, sendo o responsável pela elaboração direta de parte do investimento e também criando novas condições para induzir investimentos privados.

A infraestrutura social, que também é chamada de bens de consumo público, engloba a educação, a saúde, o transporte coletivo, o saneamento básico, entre outras atividades que impactam nas condições de vida da população. Segundo Biancarelli & Rossi (2013, p.150), a sua expansão via o aumento dimensão dos direitos sociais, é um importante motor de crescimento. Essa conclusão decorre da compreensão que essa expansão não aumenta apenas o nível do investimento e reduz o déficit social do país, mas gera também impactos indiretos que vão alterar a estrutura produtiva no longo-prazo. Os principais impactos indiretos são: o aumento da produtividade do trabalho via aumento da escolarização, da qualidade e das condições de saúde e de qualidade de vida da mão-de-obra, que por sua vez gerará ganhos de competitividade não-preço.

### **III.3 Mecanismos propagadores dos estímulos à re-industrialização**

Bielschowsky (2014, p.129) argumenta que existem dois mecanismos que podem potencializar o dinamismo e os impactos dessas três fontes de expansão na trajetória de desenvolvimento de longo-prazo: os encadeamentos produtivos e a geração de inovação.

A reconstituição e a criação de novos encadeamentos produtivos para frente e para trás podem turbinar o desenvolvimento de longo-prazo pautado nos motores acima descritos. A ideia é adensar a cadeia produtiva nacional dos setores considerados estratégicos para as três fontes expansão. No entanto, autores como Carneiro (2002, p.315-326), demonstraram que desde a abertura comercial no início da década de 1990, o setor industrial passou por uma reestruturação, o que ocasionou a ruptura de alguns elos da cadeia produtiva nacional. Dessa forma, será necessário o apoio de uma política industrial que direcione e coordene os investimentos para a reconstituição desses elos e a criação de novos elos que permitam a maior geração de renda e emprego em território nacional.

A geração de inovação na indústria nacional seria capaz de amplificar as três fontes de expansão, ampliando os seus efeitos multiplicadores sobre a renda e o emprego. Ela atuaria na transformação “[...] em núcleos estruturantes da economia nacional a várias atividades produtivas ainda inexistentes, ou em fase incipiente [...] e inaugurar ou reforçar a existência de encadeamentos produtivos com alta densidade tecnológica.” (Bielschowsky, 2014, p.116)

A combinação de ambos os potencializadores poderia promover uma mudança estrutural no parque produtivo nacional. Seria possível promover inovações dentro do parque industrial nacional, garantindo a produção de bens mais sofisticados tecnologicamente e agregando mais valor adicionado a produção nacional.

### **III.4. Política macroeconômica neoliberal e a estratégia do social desenvolvimentismo**

Rossi (2014) e Biancarelli & Rossi (2013) reconhecem que o regime macroeconômico adotado desde 1999 no Brasil é um fator complicador para a implementação da estratégia social-desenvolvimentista. Deve-se compreender o regime macroeconômico como um elemento estrutural da estratégia de desenvolvimento, como uma peça que pretende viabilizar, através do manejo das políticas macroeconômicas, a concretização dos objetivos dessa estratégia.

O Brasil desde a crise cambial de 1999, possui como regime macroeconômico o chamado “tripé macroeconômico”, que têm aspirações teóricas no Novo Consenso

Macroeconômico. Esse regime se articula através de três pilares: o regime de metas de inflação, taxas de câmbio flutuantes e metas de superávit primário.

Segundo Fonseca (2014) para o desenvolvimentismo a intencionalidade é uma palavra-chave. Em termos de política econômica poderíamos traduzir intencionalidade como discricionariedade. O regime macroeconômico adotado no Brasil, inibe a ação discricionária do setor público, através da adoção de metas rígidas que devem ser atingidas no curto-prazo. Como vimos, a estratégia social-desenvolvimentista também pressupõe uma participação ativa do estado, principalmente na condução da terceira fonte de expansão, o investimento em infraestrutura econômica e social.<sup>22</sup> Ademais, a ênfase na estabilidade de preços, com um regime de câmbio flutuante sem controle de capitais visa aumentar a potencialidade da política monetária, porém com consequências danosas ao câmbio.

Assim, os críticos ao modelo do tripé dentro da corrente social-desenvolvimentista enfatizam que o modelo teórico do novo consenso macroeconômico admite certa flexibilidade na sua administração, desde que as autoridades econômicas desfrutem de credibilidade no mercado. Ou seja, para eles, é possível implementar mudanças pontuais no regime macroeconômico para que este se adeque aos objetivos da estratégia social-desenvolvimentista,<sup>23</sup> em particular, em relação à política cambial. O Quadro 2 ilustra as situações que justificam a adoção de uma política cambial ativa (Biancarelli & Rossi, 2013).

Quadro 2 – Motivos para uma política cambial ativa

	Conta Corrente	Conta Financeira
Administração da volatilidade	Ciclo de preços das <i>commodities</i>	Excessos do mercado financeiro
Administração do patamar	Doença holandesa	<i>Carry trade</i>

FONTE: Quadro retirado de Biancarelli & Rossi (2013) p.155

Os efeitos sobre a conta corrente estão ligados ao setor exportador de *commodities*. Esse setor é caracterizado por responder a choques de demanda via variações de preços, o que gera ciclos de preços do produto. Dessa forma, as receitas desse setor tendem a ser voláteis, e neste sentido a intervenção no mercado de câmbio deve tentar neutralizar a sua volatilidade. À medida em que as exportações de *commodities* ganham importância no total<sup>24</sup>, a oferta de divisas internacionais está fortemente relacionada ao seu desempenho. O papel de destaque desse setor, também pode acarretar um outro problema em nível estrutural, a chamada “doença holandesa”, como já discutido na seção anterior sobre o novo-desenvolvimentismo. (Biancarelli & Rossi, 2013)

Os efeitos sobre a conta financeira são uma combinação dos resultados provenientes da volatilidade cambial e da especulação no mercado de câmbio. Como já mencionado, a manutenção da taxa de juros em patamar elevado no Brasil, com vistas ao controle da inflação no regime de metas de inflação, manteve a moeda doméstica apreciada desde meados da

<sup>22</sup> Biancarelli & Rossi (2013) apontam que o regime de metas de superávit fiscal praticado no Brasil não leva em consideração as fases do ciclo econômico e a relação endógena entre os gastos públicos e o crescimento econômico. Propõem o alongamento do cumprimento das metas fiscais e a implementação de mecanismos institucionais que permitam que as metas fiscais funcionem de maneira anticíclica.

<sup>23</sup> Em relação ao regime de metas de inflação os autores da corrente social desenvolvimentista identificam, seguindo a escola estruturalista da inflação, a importância das pressões de custo, e defendem um *mix* de políticas econômicas que perpassem as diferentes fontes da inflação. (Biancarelli & Rossi, 2013; Santoro, 2015; Braga & Bastos, 2010).

<sup>24</sup> Segundo dados da Secex, dentre os quinze produtos mais exportados no ano de 2014, oito eram *commodities*: complexo da soja (14%), minério de ferro (12,6%), petróleo e combustíveis (11,2%), carnes (7,6%), açúcar e etanol (4,6), papel e celulose (3,2%), café (2,9%) e por fim metais preciosos (1,3%). Esses produtos representam 57,4% das exportações totais - Acessado em 03/07/2015 <[http://www.desenvolvimento.gov.br//arquivos/dwnl\\_1423144482.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br//arquivos/dwnl_1423144482.pdf)>

década de 2000 até o fim do primeiro mandato da presidente Rousseff. Assim, a despeito da elevada volatilidade do câmbio, o câmbio apreciado tem sido identificado como o principal mecanismo de transmissão da política monetária no Brasil. De fato, períodos em que a inflação situou-se próximo ou na meta estabelecida correspondeu a períodos de elevada apreciação cambial. O manejo da taxa de juros para conter a inflação, em uma economia aberta ao fluxo de capitais, atua primeiro sobre o movimento financeiro atraindo capital externo o que aprecia o câmbio. O resultado desta combinação de juros alto e câmbio apreciado é reduzir o espaço de política e, portanto, a volatilidade cambial deve ser administrada. (Ver também Bresser-Pereira (2012.b) (Biancarelli & Rossi, 2013)

Além do estímulo interno para manter o nível do câmbio apreciado, Biancarelli & Rossi (2013) destacam a importância das operações de *carry trade* para a manutenção do processo de valorização da moeda doméstica. Essas operações são estratégias de investimento nos mercados cambiais, no qual “[...] se forma um passivo (ou uma posição vendida) na moeda de baixas taxas de juros e um ativo (ou uma posição comprada) na moeda de juros mais altos.” (Rossi, 2012 p.25-26). Elas também atuam como um importante mecanismo de transmissão do ciclo de liquidez internacional para a taxa de câmbio, aumentando a sua volatilidade.

A adoção de políticas cambiais específicas poderiam ser adotadas para atenuar os efeitos negativos. Por exemplo, a instituição de impostos sobre exportações de *commodities* ou de fundos de estabilização para combater a “doença holandesa” e de mecanismos de controle sobre os capitais de curto prazo para reduzir a volatilidade cambial<sup>25</sup>. (Bastos, 2012; Biancarelli & Rossi, 2013)

### **III.5 Analisando criticamente o círculo virtuoso social-desenvolvimentista**

O círculo virtuoso de crescimento de longo prazo social-desenvolvimentista tem início com a expansão do mercado de consumo de massas, que é visto como o responsável por estimular o investimento, que por sua vez afeta positivamente a produtividade e a competitividade que deverá impactar na geração de inovação. A presença de economias de escala dinâmicas deverá proporcionar queda dos preços dos produtos industriais, que alimentará a expansão do consumo, re-iniciando um novo ciclo de investimentos. Pelo lado da geração de renda, o aumento dos investimentos deverá aumentar a geração de empregos, expandindo a renda disponível afetando positivamente o consumo dos trabalhadores. O aumento do consumo também afetará os rendimentos dos empresários, aumentando os seus lucros. A arrecadação do governo também será afetada positivamente, pois o aumento do emprego, da renda, do consumo e do lucro, significará um aumento das receitas tributárias diretas e indiretas do setor público.

O ponto crítico é como dar sustentação a este círculo virtuoso de crescimento em uma economia aberta e com elevada restrição externa. A estratégia de desenvolvimento social desenvolvimentista é fortemente amparada na intervenção de políticas públicas, e, portanto, o espaço para a atuação do Estado depende em grande parte do grau de autonomia da política econômica de curto prazo em relação ao setor externo. Até o presente, a combinação do tripé macroeconômico com as políticas de desenvolvimento com alcance de mais longo prazo foi limitada pelas condições externas enfrentadas pela economia brasileira. Isto pode ser inferido pelo fato de que as mudanças positivas ocorridas na distribuição de renda nos anos 2000 bem

---

<sup>25</sup> “Para esse propósito, é oportuno o uso de controles de capitais sobre os fluxos financeiros de curto prazo que são inerentemente voláteis e o uso de medidas regulatórias sobre o mercado de derivativos de câmbio.” (Biancarelli & Rossi, 2013, p.156)

como a expansão do consumo de massas não foram suficientes para promover uma mudança estrutural no sentido de relaxar a restrição externa de longo prazo.

#### **IV. Considerações Finais**

Uma primeira consideração é que as duas principais correntes desenvolvimentistas parecem aceitar o arranjo de política macroeconômico em vigor, ou seja, o tripé macroeconômico, porém defendem flexibilização no modelo. Assim, uma questão importante para reflexão é identificar qual parte do ‘tripé’ é mais candidata a ser flexibilizada em uma e outra corrente.

No caso do novo-desenvolvimentismo, claramente o maior problema na gestão da política econômica de curto prazo é a não neutralização da doença holandesa, com consequências danosas para a estrutura produtiva e para o crescimento a longo prazo. A ênfase na restrição externa ao crescimento leva os autores a proporem uma estratégia de crescimento onde o setor externo deve liderar a expansão do PIB a longo prazo. Para tanto a taxa de câmbio corrente deve ser mantida próxima daquela que permite a evolução da estrutura produtiva na direção de reduzir a restrição externa. Essa administração é complexa, e depende de se formar um consenso sobre qual o nível da taxa de câmbio que atenderia à condição necessária para sustentar o crescimento dos investimentos produtivos. Neste contexto, rejeitam políticas econômicas de curto prazo que valorizem o câmbio, como por exemplo, a administração da taxa de juros básica no regime de metas de inflação atual, mantida sistematicamente em patamar elevado. Flexibilizar a meta inflação implica, por outro lado que a estabilidade de preços deve ser buscada com o equilíbrio do orçamento fiscal. Mesmo considerando que as metas fiscais devem observar as fases do ciclo econômico, os novos-desenvolvimentistas são mais favoráveis a programas de cortes de gasto público e menos favoráveis a desonerações fiscais como medida de ajuste. A questão distributiva seria melhorada como resposta ao aumento da produtividade e competitividade resultantes da mudança estrutural bem-sucedida, elevando a condição de vida da população ao longo do tempo.

No caso do social-desenvolvimentismo, o potencial do mercado doméstico é visto como o principal motor do crescimento. Assim, a política econômica de curto prazo deve manter e ampliar a renda dos trabalhadores, e, portanto, a melhora na distribuição de renda torna-se a prioridade da política econômica. A viabilidade de tal prioridade no curto prazo implica a defesa da flexibilização de metas fiscais – para garantir os gastos públicos com transferências e com investimento em infraestrutura – e das metas de inflação – que devem ser combinadas com outros instrumentos para controle de preços. Uma política cambial ativa deve ser implementada para controlar a volatilidade do câmbio, e evitar a sua apreciação. A questão da desvalorização do câmbio é tratada com cautela, pois implica redução do poder de compra dos salários em moeda estrangeira ao mesmo tempo em que alimenta a inflação. Neste sentido, ela não é vista como prioridade de política. Para esta corrente, a manutenção do dinamismo do mercado interno, através dos três motores dinamizadores do crescimento identificados deve compensar os efeitos danosos da apreciação cambial sobre a estrutura produtiva a longo prazo. Essa é uma questão importante pois pressupõe uma certa estabilidade do setor externo, condição que foge ao controle das autoridades econômicas do país. Assim, a corrente social-desenvolvimentista assume que o processo de retomada do crescimento em condições mais estáveis estaria assegurado, através da melhoria na distribuição de renda com intervenção de políticas públicas, dado que o contexto internacional não provoque uma crise de balanço de pagamentos.

Uma segunda consideração é que as duas agendas de pesquisa reconhecem que a economia brasileira precisa avançar no processo de industrialização para alcançar uma taxa de crescimento sustentável mais elevada. Ou seja, a mudança estrutural é vista como fundamental para dar sustentação a um crescimento mais vigoroso. Para ambas as correntes, o investimento é a variável motriz do desenvolvimento, porém, é trabalhado de uma forma diferente (Quadro 3). No caso dos novos-desenvolvimentistas o investimento é considerado mais sensível a mudanças nas margens de lucro e da taxa de câmbio. Para os social-desenvolvimentistas, o investimento seria mais sensível aos investimentos públicos em infraestrutura econômica e social e à demanda por bens de consumo de massa.

Quadro 3 – Comparação entre as estratégias desenvolvimentistas

	<b>Novo-desenvolvimentismo</b>	<b>Social-desenvolvimentismo</b>
<b>Foco</b>	<i>Mercado Externo</i>	<i>Mercado Interno</i>
<b>Indutor do crescimento</b>	<i>Investimento</i>	<i>Investimento</i>
<b>Variável-Chave</b>	<i>Taxa de câmbio</i>	<i>Consumo interno</i>
<b>Política-chave</b>	<i>Política Cambial</i>	<i>Mix de políticas que visem sustentação da DA</i>
<b>Maior Sensibilidade do Investimento</b>	<i>Taxa de Lucro</i>	<i>Grau de capacidade utilizada</i>

Assim, podemos ver que o debate desenvolvimentista atual se desdobra em como, dentro do regime macroeconômico vigente no país, a economia brasileira pode retomar uma trajetória virtuosa de crescimento. Partindo de uma base comum de rejeição ao modelo neoliberal de desenvolvimento, ambas as correntes veem a necessidade de uma mudança estrutural com melhora na distribuição de renda. Talvez uma síntese do debate pode ser colocada da seguinte forma: o que privilegiar a curto prazo? A melhoria da competitividade industrial, o que implica em patamar mais elevado para a taxa de câmbio, ou avançar na política de distribuição funcional de renda como força motriz para a retomada do crescimento? Como ponto de divergência entre as duas correntes está o embate de ideias sobre qual combinação de política de curto prazo será mais eficaz para se alcançar a meta de mais crescimento com maior equidade social.

## Bibliografia

- AMITRANO, C. (2013) Regime de crescimento, restrição externa e financeirização: uma proposta de conciliação. *Economia e Sociedade*, Campinas, vol.22, nº 2 (48), p.285-316, ago. 2013. <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3292&tp=a>>
- BARROS, J.R; GOLDENSTEIN, L. (1997) Avaliação do Processo de Reestruturação Industrial Brasileiro. *Revista de Economia Política*, vol. 17, n. 2 (66), p. 11-31, abril-junho/1997.
- BASTOS, P.P.Z. (2012). A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade*, vol. 21, número especial, p. 779-810, dez 2012. <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v21nspe/v21nspe04>>
- BHADURI, A. & MARGLIN, S. (1990) Unemployment and the real wage: the economic basis for contesting political ideologies. *Cambridge Journal of Economics* 14: 375–393.
- BIANCARELLI, A. M (2012) Economia, Sociedade e Desenvolvimento, 20 anos: notas de apresentação. *Economia e Sociedade*, UNICAMP, Impresso, vol. 21, p. 723-727, 2012. <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3230&tp=a>>
- \_\_\_\_\_. (2014). A Era Lula e sua questão econômica principal crescimento, mercado interno e distribuição de renda. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, vol. 58, p. 263-288, 2014. <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/82400/85378>>
- \_\_\_\_\_. (2014). A política macroeconômica em uma estratégia social-desenvolvimentista. *Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento*, vol. 04, p. 21-38, 2014.<[http://www.assecor.org.br/index.php/download\\_file/2738/3296/](http://www.assecor.org.br/index.php/download_file/2738/3296/)>
- BIANCARELLI, A. M. ; ROSSI, P. L. (2013). A política macroeconômica em uma estratégia social desenvolvimentista. In FONSECA; A. FAGNANI, E. (Org.). *Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania - Economia, distribuição da renda e mercado de trabalho*.

- 1ed.São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, vol. 1, p. 147-16.<<http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/fpa-comunica-ppb-07.pdf>>
- BIANCARELLI ET AL (2014) Introdução In: Calixtre, A. B.; Biancarelli, A. M.; Cintra, M. A. C.. (Org.). *Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro*. 1 ed. Brasília, 2014, p.9-27.
- BIELSCHOWSKY, R. (1988) *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Ipea; Inpes, 1988.
- \_\_\_\_\_ (2012) Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. *Economia e sociedade*, vol. 21, Número Especial, p. 729-747. Campinas: IE/Unicamp, dez./2012. <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3230&tp=a>>
- BIELSCHOWSKY, R. (2013) Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. Rio de Janeiro, *Ipea, Texto para Discussão*, n. 1.828, abr. 2013 < [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1828.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1828.pdf) >
- \_\_\_\_\_ (2014) Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. In: CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. C. (Org.). *Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro*. 1 ed. Brasília, 2014, vol., p.115-133.
- BIELSCHOWSKY, R. & MUSSI, C. (2006) El pensamiento desarrollista en Brasil: 1930-1964 y anotaciones sobre 1964-2005. In: CAVE, R. *Brasil y Chile: una mirada hacia América Latina*. Santiago de Chile: RIL Editores, 2006.
- BRAGA, J. & BASTOS, C. P. M. (2010) Conflito Distributivo e Inflação no Brasil: uma aplicação ao período recente. In: VIANNA, S. T. W., BRUNO, M. A. P. & MODENESI, A. M. (Orgs) *Macroeconomia para o Desenvolvimento: crescimento, estabilidade e emprego. Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro*, Livro 4. Brasília: Ipea, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, L.C. (2006) O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, vol. 20, n. 3, p. 5-24, 2006.
- \_\_\_\_\_ (Org.) (2010). *Doença holandesa e indústria*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, L.C. (2008) “The Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach”, *Revista de Economia Política*, no28, vol. 1, janeiro, p.47-71.
- \_\_\_\_\_ (2012.a) Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina, In DELORME PRADO, L.C. (org.), *Desenvolvimento Econômico e Crise*, Contraponto Editora, Rio de Janeiro, 2012. p. 37-65.
- \_\_\_\_\_ (2012.b) A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento, *Estudos Avançados*, vol.26, no.75, São Paulo Maio/Agosto, 2012. <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=4532>>
- BRESSER-PEREIRA, L.C. & GALA, F. (2012) O novo desenvolvimentismo e apontamentos para uma macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. In OREIRO. J.L. *ET AL Macroeconomia do Desenvolvimento*, Editora Universitária UFPE, Recife, 2012.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; GOMES, C. (2009) O regime de metas de inflação no Brasil e a armadilha da taxa de juros/taxa de câmbio. In: OREIRO, J:L.; DE PAULA, L:F. & SOBREIRA, R. (Org.). *Política monetária, bancos centrais e metas de inflação: Teoria e experiência brasileira*. 1ed.Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, vol. I, p. 21-51. <[http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.04.Metas\\_Inflacao-Cleomar-livro.Mar.22.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.04.Metas_Inflacao-Cleomar-livro.Mar.22.pdf)>
- BRESSER-PEREIRA, L.C; MARCONI, N. & OREIRO, J.L. (2014) Doença Holandesa In BRESSER-PEREIRA ET AL (2014) *Structuralist Development Macroeconomics*, <<http://www.bresserpereira.org.br/papers-cursos/Cap.5-DutchDisease.pdf>>

- \_\_\_\_\_ (2015) *Macroeconomia Estruturalista Do Desenvolvimento: Teoria e Política Econômica do Novo Desenvolvimentismo*, no prelo.
- CAMPOLINA, B. & SILVEIRA, F.G. (2013) A heterogeneidade estrutural e o consumo de massa no Brasil. In CASTRO, I.S.B (Org.). *Novas interpretações desenvolvimentistas*. 1ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2013, vol. 4, p. 249-28.
- CARNEIRO, R. (2002) *Desenvolvimento em Crise – A economia brasileira no último quarto do século XX*, São Paulo, Editora UNESP, IE – Unicamp.
- \_\_\_\_\_ (2012) Velhos e novos desenvolvimentismos. *Economia e Sociedade*, UNICAMP, impresso, vol. 21, p. 749-778, 2012.
- CASTRO, A. B. (1990.a) O Brasil a caminho do mercado de massas. In VELLOSO, J.P.R. (2011), *O desenvolvimento brasileiro da era Geisel ao nosso tempo*, 1ed., Rio de Janeiro, INAE, 2011, p.365-372.
- \_\_\_\_\_ (1990.b) Consumo de massa e retomada de crescimento. In VELLOSO, J.P.R. (2011), *O desenvolvimento brasileiro da era Geisel ao nosso tempo*, 1ed., Rio de Janeiro, INAE, 2011, p.373-385.
- \_\_\_\_\_ (2008) Espelho da China. Disponível em: <[http://www.gr.unicamp.br/ceav/content/pdf/pdf\\_textobrasilnoespelhodachina.pdf](http://www.gr.unicamp.br/ceav/content/pdf/pdf_textobrasilnoespelhodachina.pdf)> Acessado em 09/05/2015
- DIXON R. J. AND A. P. THIRLWALL, (1975): “A Model of Regional Growth-Rate differences on kaldorian Lines”. *Oxford Economic Papers*, vol. 27, p. 201-14
- FERNANDES, A. (2007) Entrevista do Ministro da Fazenda ao jornal *O Estado de São Paulo*, 14 out. 2007.
- FILGUEIRAS, L. (2006) O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006.
- FONSECA, P. C. D. (2014). Desenvolvimentismo: a Construção do Conceito. In: CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. C. (Org.). *Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro*. 1 ed. Brasília, 2014, vol., p. 29-78.
- HOFFMANN, R; DUARTE, J. C. (1972) A Distribuição de Renda no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, vol.12, n.2, p. 46-66, 1972.
- HOFFMAN, R (1975). Tendências da Distribuição da Renda no Brasil e suas Relações com o Desenvolvimento Econômico. In TOLIPAN, R; TINELLI, A. C. *A Controvérsia da Distribuição de Renda no Brasil*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975.
- LANGONI, C. (1973) *A Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1973.
- LIMA, A. (2008) *Finanças Internacionais: Textos Seleccionados, Resumidos e Adaptados*, disciplina de economia monetária, UFRGS, 2008.
- <<http://www.ufrgs.br/decon/VIRTUAIS/ECO02002b/4%20Financas%20Internacionais%5B1%5D.doc>>
- KALDOR, N. (1957) A Model of Economic Growth. *The Economic Journal*, vol. 67, No. 268 (dec., 1957), p. 591-624.
- MALTA, M.M (2010) A controvérsia da distribuição de renda no pensamento econômico brasileiro: a ampliação do debate teórico sob a conjuntura política dos anos 1970. In: *38º Encontro da ANPEC*, 2010, Salvador. Anais do 38º Encontro da ANPEC, 2010, vol. 1. p. 1-20.
- MEDEIROS, C.A. (2015) *Inserção Externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira*. 1. ed. Brasília: IPEA, 2015. 174p.

- MISSIO, F. (2012). Câmbio e Crescimento na abordagem keynesiana-estruturalista. *Teses (Doutorado em Economia)* – Faculdade de Ciências Econômicas - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, 2012. <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/AMSA-954M4M>>
- MOLLO, M.L.R & AMADO, A.M. (2015) O debate desenvolvimentista no Brasil: tomando partido. *Economia & Sociedade*, vol. 24, p. 1-28, 2015.
- MOLLO, M.L.R. & FONSECA, P.C.D. (2013) Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais, *Revista de Economia Política*, vol. 33, nº 2 (131), p. 222-239, abril-junho/2013. <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v33n2/a02v33n2.pdf>>
- MOURÃO, J.O. (1994) A integração competitiva e o planejamento estratégico no Sistema BNDES. *Revista do BNDES*, vol. 1, n. 1, jun. 1994. [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev201.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev201.pdf)
- OREIRO, J. L. (2012) C. Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica, *Estudos Avançados*, vol.26, no.75, São Paulo Maio/Agosto, 2012. <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n75/03.pdf>>
- \_\_\_\_\_. A Armadilha Juros-Câmbio: a continuidade do desequilíbrio macroeconômico brasileiro. *Revista de Conjuntura*, Brasília, p. 34 - 42, 02 abr. 2014. <<http://joseluisoreiro.com.br/site/link/4f6b8ff288a9e7e5ed0538539b4c593e962ad30d.pdf>>
- ROSSI, P.L. (2012) Taxa de Câmbio no Brasil: Dinâmica da especulação e da arbitragem. *Tese (Doutorado em Ciências Econômicas)*, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campina – UNICAMP, 2012.
- SANTORO, J.P.C. (2015) A Inflação Brasileira entre 2000 e 2014: um Enfoque Heterodoxo. *Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas)*, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 2015.
- SERRANO, F.; SOUZA, L. D. W. (2000). O Modelo de Dois Hiatos e o Supermultiplicador. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, vol. 4, n.2, p. 37-64, 2000. <[http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%204/REC\\_4.2\\_02\\_O\\_modelo\\_de\\_dois\\_hiatos\\_e\\_o\\_supermultiplicador.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%204/REC_4.2_02_O_modelo_de_dois_hiatos_e_o_supermultiplicador.pdf)>
- SICSÛ, J. (2007). *Emprego, Juros e Câmbio, Finanças Globais e Desemprego*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2007.
- TAVARES (1975) Distribuição de renda, acumulação e padrões de industrialização. *In: TOLIPAN, R; TINELLI, A. C. (Org.) A Controvérsia da Distribuição de Renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- \_\_\_\_\_; SERRA, J. Além da estagnação. *In: Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- WELLS, J. (1975) Distribuição de rendimento, crescimento e estrutura de demanda no Brasil na década de 60, *In: TOLIPAN, R; TINELLI, A. C. (Org.) A Controvérsia da Distribuição de Renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- WILLIAMSON, Jeffrey G. “Strategic” wage goods, prices, and inequality. *American Economic Review*, vol. 67, n. 2, p. 29-41, March 1977.